



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | N°. 01 | Ano 2018

**Yuri M. Francisco Agostinho**  
ISART

# OS «INDÍGENAS» ENTRE O DUALISMO E A SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE LUANDA, 1930 -1960

The "indigenous" between dualism and segregation in the urban space of Luanda, 1930 -1960

---

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objectivo estudar os «Indígenas» no espaço urbano em Luanda. A tarefa é de olhar o tratamento dado aos «indígenas» em relação ao urbanismo. Através desta perspectiva, será possível analisar questões ligadas ao urbanismo, crescimento da cidade de Luanda, população, segregação social, espacial e acima de tudo conhecer quem foi o «indígena» no contexto ideológico colonial. As fontes utilizadas nesta pesquisa assentam-se na análise de jornais (periódicos) impressos, boletins oficiais e monografias como fontes secundárias. Por outras palavras, este trabalho olha os «indígenas» no contexto urbano de Luanda que foi concebido sobre a consideração diferencial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade de Luanda; Segregação; Urbanismo.

---

**ABSTRACT:** The present study aims to study the "Indigenous people" in the urban space in Luanda. The task is to look at the treatment of 'indigenous' in relation to urbanism. Through this perspective, it will be possible to analyze issues related to urbanism, growth of the city of Luanda, population, social segregation, and above all to know who was the "indigenous" in the colonial ideological context. The sources used in this research are based on the analysis of printed (periodical) newspapers, official bulletins and monographs as secondary sources. In other words, this work looks at the "indigenous" in the urban context of Luanda that was conceived on the differential consideration.

**KEYWORDS:** City of Luanda; Segregation; Urbanism.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Marcos Carvalho Lopes  
[marcosclopes@unilab.edu.br](mailto:marcosclopes@unilab.edu.br)

# OS «INDÍGENAS» ENTRE O DUALISMO E A SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE LUANDA, 1930 -1960

Yuri Manuel Francisco Agostinho.<sup>1</sup>

Fornecer subsídios para história de Luanda visa um melhor entendimento do papel que a cidade teve ao longo dos tempos, segundo (MOURÃO, 2015, p.189). As pessoas é que fazem uma cidade, dão vida a ela e criam laços ao longo dos tempos. Para este turno decidimos falar sobre os tais ditos «indígenas» porque eram particularmente as pessoas excluídas da cidadania portuguesa, apelidados por «indígenas». Pessoas que estavam abrangidas pelo estatuto jurídico especial destinados aos 'nativos' africanos, regulados pelo chamado Estatuto do Nativo que existia em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau até 1961. O interesse de estudar os tais ditos «indígenas» tem levado vários investigadores a debruçarem-se sobre vários temas (Métodos de dominação, Cultura e Poder) que demonstram dinâmicas do espaço urbano e rural português ultramarino.

Os trabalhos de Cláudia Castelo (1998), Mauro Moutinho (2000), Conceição Neto (2012), e Gerald Bender (2013) são exemplos que examinam o colonialismo português e colocam no âmago questões sobre processos políticos que tiveram lugar no contexto colonial. O objectivo deste artigo é olhar o indígena no espaço urbano em Luanda, partindo-se do princípio de que, numa situação colonial, o espaço reflecte a ordenação das classes e a ordenação do social. Neste contexto o ordenamento do espaço urbano de Luanda foi concebido sobre a consideração diferencial. Logo, essa estratégia produziu consequências, revelando desta forma rupturas no âmbito racial, económico e social.

O desequilíbrio social estabelecido na organização do espaço urbano de Luanda resultou em dualismo e segregação, factores conjugados que transformaram-se operacionais no quotidiano de uma cidade, onde o quadro das relações entre colonizados e colonizadores nunca foi estável.

## 1. QUEM É O «INDÍGENA»?

A definição de «indígena» aparece pela primeira vez no sistema colonial português no artigo 10.º do Decreto de 20 de Fevereiro de 1894: “*devem ser considerados indígenas aqueles*

---

<sup>1</sup> Docente do Instituto superior de Artes – ISART (Luanda/Angola). [yanessanguifada@gmail.com](mailto:yanessanguifada@gmail.com)

*que nasceram no Ultramar de pai e de mãe indígenas e que não se distinguem, pela sua instrução e costumes dos outros da sua raça”*. Segundo (Serrano, 2008, p.27), diz que há quem duvide da eficiência desta definição como é o caso de Giuseppe Papagno que analisa o «indígena» “*na comparação entre dois grupos populacionais, um dos quais só pode ser compreendido pela sua negatividade, que permite que os brancos a exerçam uma autoridade natural e legítima”*”.

Ao longo do tempo esta definição foi sendo redefinida mediante a conjuntura política e social que o sistema colonial impunha nas suas colónias. Os colonizadores julgaram que o período que antecedeu a proclamação do estado novo, existiu um processo favorável e célere de assimilação concernente ao africano, neste contexto alegavam e estavam convictos de que um nativo não dispunha de condições para transformar-se em cidadão comum ou igual ao cidadão português, a não ser que este se tornasse um cidadão com aparências de ser civilizado.

O governo português criou condições para poder operar na diferenciação no seio dos «nativos» proclamando o estatuto político, civil e criminal dos «indígenas» de Angola e Moçambique (estatuto do indigenato) em 1926. Consumada a proclamação deste estatuto, a discriminação racial nas colónias portuguesas foi ratificada e legitimada, logo o cidadão de origem europeia, neste caso o «branco» era aceite como cidadão e civilizado, já o «negro» ou o «mestiço» tinham que solicitar e cumprir com um processo administrativo burocrático, para possuir este estatuto. Sem estes pressupostos o nativo estava limitado aos direitos mais elementares do homem (direitos a educação; saúde; deslocação; habitação; exercício da actividade comercial, pertença de terras, etc.).

Na prática e na sua funcionalidade, esta política era orientada no sentido da manutenção de uma situação económica atrasada aos angolanos, restringindo a mobilidade social e segregando as populações, desta forma efectivou-se a crescente exploração colonial (CASTRO, 1980, p. 72).

O estatuto do indigenato de (1926) é fruto da anterior república de 1911-1926, redefinido no período que vai de 1926 - 1975, que estabelecia tarefas, direitos aos «indígenas» e possíveis vias para a saída do estatuto de «indígena» para o estatuto de «assimilado». Apesar de que neste estatuto constavam elementos meramente subjectivos, na qual definia as metas a cumprir, dos quais um «indígena» viria a se tornar um «cidadão» (NASCIMENTO, 2013, p. 30). Critérios que estavam assentes em três pilares: 1º Trabalho; 2º educação e 3º costume e moral «indígena».

Se examinarmos o estatuto de (1926) é possível observar a finalidade deste documento, contudo este diploma estava direccionado para “integrar” os “nativos” e não para assimilar. Neste contexto o estatuto continha em primeiro lugar as garantias aos «indígenas»: (livres; seguros;

defendidos; assistidos), em segundo lugar os objectivos gerais: (Desenvolvimento das condições materiais e morais) em terceiro lugar acções: (instrução) e por último o objectivo final: (integração na vida da colónia para que se tornem elementos essenciais na administração portuguesa das colónias ultramarinas). Já o estatuto de (1929) é reformulado, ele define: "*Que são considerados indígenas os indivíduos de raça negra ou dela descendente que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça*".<sup>2</sup>

Como se vê, o Estatuto de 1929 envolveu novos elementos, que nos chamam atenção, contudo, não foram tomadas medidas para restringir o impacto destes novos elementos sobre as populações, neste sentido aferimos dois elementos a se ter conta: o racial e o cultural, desta forma deixando os governos das colónias interpretarem ao seu belo prazer e de qualquer forma, logo o estatuto do indigenato foi diversificado entre as províncias ultramarinas.

Em termos gerais o estatuto Político Civil e Criminal dos «indígenas» (o Estatuto do Indigenato), decretou o fundamental da política de isolamento que coexistiu até por volta dos anos 60 nas províncias ultramarinas, desta forma era comum a prática de separar os nativos «indígenas» e «assimilados», para controlar melhor a população e também foi uma útil ferramenta normativa para mão-de-obra nas províncias ultramarinas. Segundo Serrano (2008, p. 27), a proclamação da ditadura militar em 28 de Maio de 1926, teve grandes repercussões sobre o controle das populações africanas. Neste contexto, o novo regime alicerçou os seus ideais na criação de um ambiente favorável onde o foco principal foi a figura do «indígena». O rápido aumento da população em Luanda, com o agravar das suas condições de fixação e o crescente afluxo migratórios de portugueses de outras províncias, contribuíram para criação de medidas que passavam pela política de integração dessas massas. Mas, o que mais preocupava as autoridades coloniais em Luanda era o número de nativos que rodeavam a cidade, segundo (Soares, 1961, p. 173) os 150.000 nativos que rodeavam a cidade passaram a ser encarados como um problema complexo, de natureza sanitária, policial, de política indígena e de urbanização.

No entanto, esta política de integração passou a ser um "*nó de problemas*", visto que por um lado esta política poderia integrar e por outro lado desintegrar. A política de integração, portanto, aparece para corresponder as intenções da política de assimilação tradicional e do colonialismo missionário tradicional que Portugal imponha nas suas colónias. Neste contexto os problemas de ordem política passavam em torno do enquadramento social e económico dos nativos destribalizados e sua inclusão no seio cultural da sociedade urbana de Luanda, segundo Soares (1961, p.178).

---

<sup>2</sup> Estatuto do Indigenato, 1929.

O Boletim Oficial de Angola, na sua *portaria n.º 17033, do Ministério do ultramar, n.º 8, de 25 de Fevereiro de 1959*, pode reforçar efectivamente esta questão, a grande dificuldade das autoridades coloniais nos principais centros urbanos em Angola, nas décadas de 1950 e 1960, passava por encontrar um equilíbrio entre as grandes cidades e o bem-estar rural. Na medida que a cidade de Luanda fosse crescendo, tornava-se um centro de atração para as populações rurais, devido o progresso empreendido na cidade em relação ao mundo rural.

## 2. **LUANDA A CIDADE DUALISTA.**

O espaço urbano de Luanda no período que compreende os anos de 1930 - 1960 é caracterizado por uma partilha de dois mundos: o “mundo do asfalto” (urbano) e o “mundo da poeira” (musseque). Face as transformações decorrentes do processo evolutivo urbanístico da cidade, Luanda torna-se uma cidade dualista, segundo Amaral, (1983, p. 295) os factores concorrentes para esta situação deveu-se: na ausência dos espaços verdes e a dissemelhança dos sítios, o estabelecimento dos habitantes mediante via a uma imigração excessiva, a falta expressa dos equipamentos públicos urbanos, preponderância e concentração de serviços no centro histórico na baixa de Luanda, ausência de outros polos imprescindíveis para a descentralização e o carácter frágil, não seguido do crescimento do espaço urbano.

Os pontos, evidenciados por Amaral (1983) leva-nos a compreender as dificuldades que Luanda enfrentou, todavia, presumisse que as políticas de urbanização para os territórios ultramarinos em particular há de Luanda foi pensada para satisfazer os interesses da elite. Esta elite não teve o interesse de munir-se de estratégias ou de um plano de urbanização a dimensão das suas realidades e necessidades futuras.

Segundo Mourão (2015, p. 204), esta elite estava constituída por vereadores que eram nomeados e representavam o quadro de uma sociedade tal dita «branca» organizada até certo ponto solidária, *segundo o modelo político estado-novista da metrópole, do que a população urbana propriamente dita*. Contudo, a discussões sobre o urbanismo passavam em torno de posicionamentos: ao tratamento a ser dado a população nativa (restrição) e a legitimação do avanço da «cidade branca». Esta discussão em grande parte serviu mais para justificar o desenvolvimento urbano, do que a solução para resolver o problema habitacional da população africana.

Consequentemente a população nativa foi expulsa das zonas de confluência, transição, e expelida para novos musseques nomeadamente: Cayate, Cabeça, Sambizanga e o Mota abrindo desta forma espaços para construção de novas ruas, prédios e casas sobretudo para a população de origem europeia que vinha há crescer há um ritmo acelerado. A partir de 1930 a população de

Luanda passaria de 50588 habitantes para 475328 em 1970, este crescimento significativo da população, deveu-se sobretudo aos fluxos de emigrantes, não só do exterior, mas também do interior do mundo rural angolano atraídos pelo sortilégio da expansão das actividades urbanas.

O quadro abaixo ajuda-nos a ter ideia como foi crescendo a população de Luanda no período de 1930 há 1969:

Tabela 1 – Representação da população de Luanda no período compreendido de 1930 a 1969.

<b>Ano</b>	<b>População Estimativas</b>
1930	50000
1940	61000
1950	151000
1960	224000
1969	300000
<b>Total</b>	<b>786000<sup>3</sup></b>

A partir da tabela acima podemos ver que em 1940, houve um recrudescimento acelerado e significativo da população tornando mais intenso nos anos que se seguiram. Segundo Wheeler e Pélissier (2011, p.205) a população portuguesa residente em Angola teve um crescimento a rondar os 400 por cento entre 1940 à 1960. Com o crescimento acelerado da população de Luanda, conseqüentemente há o alastramento da faixa periférica dos bairros da miséria, os musseques rodeavam a cidade urbanizada, desta forma aumentou-se os problemas de alojamento e as dificuldades da realização de medidas adequadas de planeamento urbano.

A indústria produtora de café impulsionou na corrida desenfreada de colonos a Angola, como consequência “emerge” os conflitos raciais, os terrenos começaram a ser valorizados nos centros urbanos e as terras dos nativos, espoliadas (QUEIROGA, 1932, p. 44 -50) para a distribuição de fazendas para os novos colonos. A cidade de Luanda não teve capacidade para absorver os novos habitantes, a solução muitas vezes passava por construir a própria casa no musseque com materiais disponíveis ou procurar alugar uma cubata (VENÂNCIO, 2013, p.53).

Nos centros urbanos, em particular Luanda, a situação dos terrenos teve atenção da Camara Municipal de Luanda, uma vez que o aglomerado de nativos que rodeavam a cidade e o aumento significativo da população metropolitana em Angola, impunha uma decisão de ordem política.<sup>4</sup> As cubatas eram construídas em terrenos abandonados ou sem utilização dos seus

<sup>3</sup> Fonte: WHEELER; PÉLISSIER, 2011.

<sup>4</sup> “EDITORIAL”. A Camara Municipal de Luanda. **Jornal A província de Angola - diário da manhã**. Out. 1946.

proprietários, que eram entidades privadas ou públicas. No caso de proprietários particulares, a ocupação pode ter sido abusiva ou com autorização. Os donos destes terrenos, muitas vezes cobravam uma determinada renda pelos terrenos situados nos musseques em nativos acabados de chegar do interior de Angola. Os nativos confrontados com o conceito de propriedade privada, custava perceber o porquê do pagamento do aluguer de uma parcela de terreno desocupado, segundo Monteiro (1964) citado por Venâncio (2013, p.53-55).

Mediante as transformações no espaço urbano, a população nativa foi afectada como já referimos acima, esta consequência seria inevitável, pois quanto mais a cidade crescia os terrenos eram valorizados por um lado e por outro lado a própria expansão da cidade, é que determinava as sucessivas migrações espaciais da população nativa (MOURÃO, 2006, p. 199). As populações que anteriormente estavam juntas na parte baixa e alta da cidade foram obrigadas a retirarem-se, medida que foi tomada pela Camara Municipal de Luanda, só para termos um exemplo desta tomada de posição que afectou maioritariamente a população nativa, basta observarmos o procedimento da Camara Municipal de Luanda que a partir de 1940 começou com a expropriação permanente das casas dos residentes do bairro das Ingombotas, para acudir as necessidades de urbanização e ao crescimento acelerado da população de origem europeia em Luanda (BOSSLET, 2014, p. 30).

As populações abrangidas por este estatuto foram realojadas mais para cima da cidade, precisamente entre o bairro cruzeiro e o Bairro São Paulo, onde actualmente encontra-se o Bairro Operário, que representou uma solução parcial em resposta as populações expulsas de outras áreas da cidade. Segundo Pepetela (2009), o Bairro Operário era habitado, por pessoas que saíam de zonas mais pobres de Luanda. É o primeiro bairro urbanizado construído pela Câmara. É o bairro dos excluídos, porque até certo ponto foi construído como musseque, habitado por negros, mestiços, sobretudo por uma forte componente cabo-verdianos anos 50 e 60. <sup>5</sup> Com este procedimento tem claramente o início da separação racial, a cidade de Luanda começa a ter uma configuração de cidade dualista, apesar de que no período que antecede a corrida desenfreada do fluxo migratório proveniente do exterior, Luanda já era palco da separação racial mas em pouca escala.

A cidade expande-se e a população nativa continuava a ser “empurrada” mais para os musseques e não aparecem resultados palpáveis, conseqüentemente surgem problemas de habitação, especulação imobiliária e de obras feitas em transgressão na cidade. Como já tivemos a ocasião de apontar acima que as discussões sobre o urbanismo das autoridades administrativas

---

<sup>5</sup>“EDITORIAL”. Os Musseques de Luanda. **Jornal de Angola**. Jan.2009.

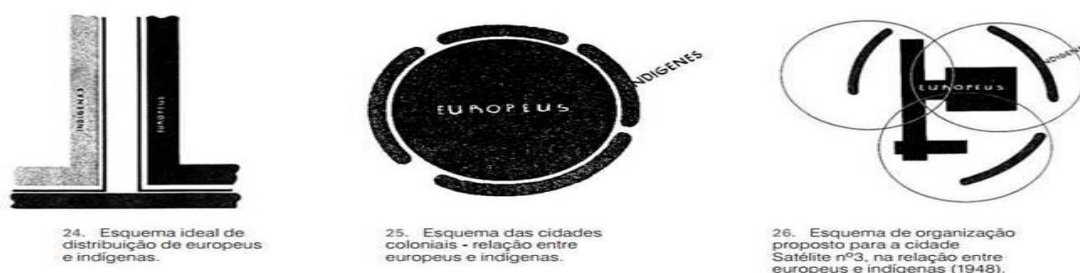
de Luanda passavam em torno de posicionamentos, concernente ao avanço da “cidade branca” e a restrição para a população nativa.

É assim que a Camara Municipal de Luanda<sup>6</sup> em 1958 começou a encarar o problema das obras em transgressões com um certo grau de pragmatismo adoptando medidas que visavam destruir estas obras para se urbanizar áreas para construção de casas económicas e assim resolver o problema de habitação que a cidade enfrentava. A cidade foi moldando-se com estas “microcefalias” sem ter um plano directório urbanístico para realidade e para o seu futuro crescimento, porém o bairro operário não foi a única solução para poder minimizar os problemas acima referidos, contudo no período que vai de 1926 há 1949, por iniciativa do estado são construídos bairros com denominações de bairros económicos, operários e indígenas e alguns aglomerados de casas (MOURÃO, 2015, p. 187-217). Desta forma a cidade colonial foi se consolidando, portanto em 1940 a Camara Municipal de Luanda resolveu em princípio abrir um concurso para recrutar, por meio de contrato, um arquitecto – urbanista:

Um arquiteto – urbanista no Município de Luanda. A Câmara Municipal de Luanda em sua última sessão, resolveu, em princípio, abrir concurso para recrutar, por meio de contrato, para os seus serviços um arquiteto – urbanista, que terá o encargo de elaborar o plano de urbanização da cidade Só há que louvar a resolução tomada e desejar que se volva em realidade, dentro do mais curto espaço de tempo. A importância e o desenvolvimento que vem tendo Luanda, desde há muito impõem á Câmara a necessidade de manter um arquiteto privativo nos serviços da sua Repartição Técnica, não para tratar só do plano de urbanização, de indiscutível urgência, mas para orientar e dirigir tudo quanto represente e constitua urbanismo. [...].<sup>7</sup>

Mas, só a partir de 1942 é que as autoridades se preocuparam em realizar o primeiro plano de urbanização para a cidade de Luanda (FONTE, 2007, p. 84). Neste primeiro plano de urbanização é possível ver as intenções das autoridades locais. Este plano mostra-nos efectivamente a separação entre a «cidade branca» e a cidade para tais ditos «indígenas».

Figura 1- Plano de Urbanização para a cidade de Luanda (FONTE, 2007, p. 86).



<sup>6</sup> “EDITORIAL”. O problema das obras em transgressões. **Jornal A província de Angola - diário da manhã**. Mar.1958.



Se o urbanismo, em toda parte do mundo, é um assunto eminentemente municipal segundo Lacaze (1995, p.16), de facto a CML estava por em prática os planos para o controle do território. Por mais que a retórica oficial contestasse, em Angola existiu dois universos: o mundo dos «pretos» e o mundo dos «brancos», eles viviam separados (RIBEIRO, 1981, p.139), se existiu uma legislação para ordenar a sociedade angolana, conseqüentemente existiu também o urbanismo ao serviço do colonialismo, impondo sobre actores do urbanismo, métodos e conjuntamente algumas ideias, abrindo desta forma, vagas para o controlo e a segregação sobre os habitantes locais. Deste modo em Luanda, a cidade «branca» separada dos musseques marcaram intimamente a sua área urbana. Alfredo Margarido (1957) faz menção que Luanda era uma cidade dualista com dois mundos.

O primeiro mundo o autor caracteriza como espaço agradável em franco desenvolvimento onde o colonizador utiliza este espaço para as suas actividades e nele construiu um sentimento de pertença e ao longo do tempo foi permanecendo alienada e inconstruída no plano íntimo, mais no interior dela encontra-se o segundo mundo que é fruto de um plano volumoso de construções que vai desde 1945 e que acompanha os dois mundos em paralelo, mas o crescimento mental não acompanhou este plano volumoso, naquela altura quem tivesse a intenção de averiguar o mistério da cidade, para Margarido (1957) o musseque era indispensável.

Nestes dois mundos é difícil ver elementos que os uni, uma vez que, estes mundos estavam em constante transformação, marca das cidades nascidas em África e que se desenvolvem ao longo da costa. Em Luanda cada fase de urbanização correspondeu o desaparecimento, a expropriação de terrenos<sup>8</sup>, construção e o arrastamento de bairros indígenas e musseques para periferia, a favor da Camara Municipal de Luanda. No entanto o crescimento não invalidou que as populações ditas «Negras» e «Brancas» concorressem no mesmo espaço urbano, a cidade «branca» precisava dos musseques, logo os musseques proporcionavam mão-de-obra para a cidade «branca».

Com a política de ocupação das colónias conjuntamente com o crescimento urbano, a cidade de Luanda continuava a dominar a realidade urbana em relação a outras cidades angolanas, com cerca de 40 por cento da população citadina, com uma população superior a 20 mil habitantes em 1961, segundo Wheeler e Pélissier, (2011, p. 212), em consequência a cidade começou a deparar-se com o excesso de mão-de-obra que repercutiu-se nos dois mundos, é possível ver esta polémica no Diário Popular:

---

<sup>7</sup> “Editorial”. Um arquiteto – urbanista no Município de Luanda. **Jornal A província de Angola - diário da manhã**. Abr.1940.

<sup>8</sup> “EDITORIAL”. Luanda vista de cima. **Jornal A província de Angola - diário da manhã**, Luanda. Out. 1945.

Excesso de Mão-de-obra. Ora isto não pode continuar. O emigrante, sem colocação garantida, sem família ou amigos que o agasalhem e assistam, é um elemento pernicioso. Mete-se pelo «muceque», vive com os pretos, faz-se fabricante de «quimbombo», trafica, espolia, numa negação absoluta dos nossos princípios tradicionais de civilização. Não estamos aqui a lutar pela expulsão dos brancos dos muceques. Isto seria simplesmente uma disposição da polícia que em nada reduziria o mal que lhe serve de raiz. Necessário é criar aqui as condições indispensáveis para a absorção de mão-de-obra que a metrópole pode dispensar. Mas também é necessário evitar que embarquem para o ultramar português (para qualquer província do ultramar), indivíduos sem categoria profissional. E para isso não é bastante o facto de o bilhete de identidade mencionar determinada profissão. [...]»<sup>9</sup>

Desta forma, Luanda foi perturbada por inumeráveis indivíduos que surgiram sem um emprego determinado, oriundos da metrópole e também do interior de Angola, causando um grave problema social. Luanda crescia com estes dois mundos, os musseques cresciam sem um planeamento, o dualismo era visível, a situação em Luanda principalmente dos musseques era de miséria, que constituía um outro problema de natureza social, esta verificação foi feita nos periódicos consultados. De acordo com Wheeler e Pélissier (2013, p. 212), até por volta de 1950 Luanda transfigura-se numa cidade muito portuguesa, as tensões sociais se traduziam numa ampla acção de fortalecimento racial com a presença dos tais ditos «brancos», desta forma a situação económica não era favorável para os angolanos.

Em 1958, Luanda já era a maior cidade da costa ocidental africana, sobretudo uma grande cidade no que respeita à população branca.<sup>10</sup> Luanda em 1961 classificava-se em terceiro lugar das cidades portuguesas, superando as demais, com excepção as cidades de Lisboa e Porto, segundo Wheeler e Pélissier (2013, p.213).

### **3. A SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO URBANO EM LUANDA.**

Segundo Nascimento (2013, p. 38) a segregação repercutiu-se na organização espacial da cidade de Luanda, foi habitual esta prática, o facto atesta que o surgimento de instituições para o âmbito social em Luanda foi concebida para o fomento, por outro lado estas instituições serviram de instrumento para poder separar as populações, a título de exemplo podemos ver na construção de cinemas, logo existiu cinemas para os tais ditos: «brancos», «mestiços» e para os «indígenas». O cine 1º de Maio e o Nacional, com as localizações na zona baixa de Luanda eram frequentados por «brancos»; Já o Cine Ngola e Colonial eram cinemas exclusivos para os «indígenas», localizados em áreas periféricas onde concentrava-se uma grande massa de indígenas.

Podemos correlacionar estes factos em primeiro lugar, com as narrativas de Antero Abreu

---

<sup>9</sup> "EDITORIAL". Excesso de Mão-de-obra. **O jornal de Maior expansão no Mundo Português**, Luanda. Mar. 1957.

(2002) numa entrevista dada a Laban (2002) no projecto denominado por Angola- Encontro com Escritores:

Antes de 61, os indígenas só podiam ir ao Cinema Colonial, e no Cinema Nacional viam o filme atrás do écran, atrás da pantalha, com as legendas ao contrário.... Também não admira, a maior parte deles não sabia ler! A taxa do analfabetismo era grande. Havia a sala e havia um lugar para os indígenas atrás do pano de écran – ouviam-se, do lado de lá, as gargalhadas e os rumores que faziam os indígenas... Até certa altura, porque depois acabaram com isso. Depois fizeram um cinema para eles só, o Cinema Colonial, onde os brancos podiam ir, embora fossem olhados de esguelha pelos policiais, pelos porteiros: «O que vem aqui um branco fazer?» Os brancos podiam ir, mas os pretos, os indígenas, não podiam ir aos cinemas da baixa, a não ser os assimilados... Mas assimilados havia meia dúzia! Era uma situação dramática, uma situação terrível... Coisas tremendas...<sup>11</sup>

Em segundo Lugar com a notícia do Jornal A província de Angola:

populoso bairro dos musseques, onde se concentra a massa indígena e algumas centenas de famílias europeias e nativas civilizadas, foi dotado pela empresa do Nacional com uma esplendida casa de espetáculos, essencialmente destinada a indígenas, mas onde, pelas suas características e pelo conforto de que a rodearam os seus construtores, há lugar para europeus e civilizados. Pode mesmo sem favor e esta opinião a ouvirmos de pessoas viajadas e categorizadas considera-se o «cine – colonial» como o melhor, no seu género, construído em Africa, ao sul do equador. [...]<sup>12</sup>

Na mesma senda dos cinemas (Santos, 2012) fala do cinema existente no Bairro Operário no seu livro de memórias *Abc do Bê Ó*, comprova a segregação feita neste espaço:

Ao falar-se de cinema no bairro operário terá forçosamente que se falar do Cine Colonial. [...], nos anos que se seguiram à sua inauguração, eram vendidos ao público três classes de bilhetes: para brancos, para assimilados e para indígenas. Tinham, respectivamente, a classificação de superiores, plateias e gerais. Entretanto, a partir de determinada época, o Colonial passou exclusivamente a cinema de negros.<sup>13</sup>

Para além dos cinemas, a segregação no espaço urbano em Luanda também incidiu em escolas, bares, praias e até nos campos de futebol, havia restrições para os nativos. Podemos ver os efeitos da segregação na narrativa de Antero Abreu (2002) sobre um encontro no largo Baleizão que teve com o presidente Agostinho Neto. Segundo Antero Abreu, (2002) o presidente chamou-lhe atenção dizendo-lhe o seguinte:

<sup>10</sup> “EDITORIAL”. Aspectos de Luanda. **Jornal A província de Angola - diário da manhã**, Luanda. Jul. 1958.

<sup>11</sup> LABAN, Michel. **Angola- Encontro com Escritores**. Porto: Edição Fundação Eng. António de Almeida, I vol, 2002, p. 254.

<sup>12</sup> “EDITORIAL”. O cine colonial. **Jornal A província de Angola - diário da manhã**, Luanda. 23 Fev de 1940.

<sup>13</sup> SANTOS, Jacques Arlindo dos. **ABC do Bê Ó**. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2ªed, 2012. p. 67.

«Olha para ai à volta... Estás a ver? Quantos pretos vês aqui?» E havia muito poucos, efectivamente... No Baleizão podiam ir brancos e pretos – não havia esse «apartheid». O «apartheid» era mais para o cinema, «boites», casas de recreação e tal... Ele disse: «Bom, não quer dizer que não pudessem vir aqui... Eu estou aqui! Mas o problema é económico. Eles estão nos bares do musseque. Porque é lá que eles vivem, é lá que eles vivem, é lá que estão os pequenos bares do comerciante do musseque... É lá que eles podem fazer a pequena despesa que lhes é consentida com o que ganham, etc.» Bom, desenvolveu o seu ponto de vista de acordo com a formação muito profunda que ele tinha, e que era exemplar, efectivamente (LABAN, 2002, p. 255).

A relação entre colonizados e colonizadores foi marcada por uma intensa diferenciação, é na cidade que a organização espacial foi concretizada para objetivos que passavam em torno do processo de civilização que Portugal imponha nas suas colónias. A prática de segregação espacial não era bem vista pela população nativa, como consequência nestes espaços ocorria conflitos entre os tais ditos «brancos» e «negros», principalmente em bares, se o proprietário fosse de origem portuguesa, logo impunha restrições aos nativos, podemos analisar a narrativa de Santos (2012), da ocorrência de uma briga no Bar América:

Este bar/restaurante tinha como clientela maior os brancos portugueses que moravam naquela zona. Por várias vezes o Américo tentou reservar o direito de admissão no América, impedindo os patrícios de lá porem os butes. Ora vejam só, essa cambada de pretos e narros bêbados e ordinários, agora a misturarem-se com a gente! Era o que faltava! Essas e outras provocações, por vezes não ficavam sem resposta, e por via disso, em várias ocasiões, rebentou porrada da grossa! Uns Copos antes para queimar o íntimo e ganhar coragem, depois era ver quem os aguentava, aos bêbados e ordinários! Uma das maiores cenas de pancadaria acontecidas no seu restaurante Ngola, mesmo junto ao Bar América, e que contou no acto inaugural com a presença e actuação do Ngola Ritmo. Os colonos sentiram a afronta e não tardou a reacção. Sem que se saiba como, sobre a roda normal de todos os dias, garrafas no meio de murros e pontapés. Essa cena terá levado à efémera vida que teve o Ngola do Tonet Macala, que encerrou as suas portas pouco tempo depois (SANTOS, 2012, p. 87-88).

Apesar do fomento urbano, da expansão do ensino e o crescimento económico, existiu o paternalismo no seio da elite portuguesa que não era bem-intencionado, as coisas dependiam exclusivamente dos decisores políticos, é assim que a educação foi utilizada para a política de assimilação. Em Luanda existiu escolas para as populações de origem europeia e para os nativos, algumas incluíam as populações de origem europeia, mestiços e nativos assimilados. Com esta prática, em vez de ajudar o africano, o sistema da colonização colocava o nativo sem um progresso harmonioso, segundo Wheeler e Péliissier (2011, p. 202), o sistema proibia a progressão do africano, desta forma cresceu o sentimento de frustração em grande parte do número de nativos, para os autores supracitados este sistema era contraproducente.

Neste contexto em Angola existiu o ensino primário rudimentar, que esteve a cargo dos missionários onde a exclusividade incidia sobre a população «indígena»<sup>14</sup> e também o ensino técnico profissional (escolas oficinas), o ensino era exclusivamente para os nativos negros, segundo Neto (2012, p.157). Esta política de ensino para «indígenas» feita consideravelmente por missionários, só seria compensada com alcance de três elementos a ter em conta: Deus; pátria e família. Esta trilogia mentora da educação para os indígenas encontrava-se “embutida” do espírito civilizador colonialista e era consensual, o semelhante jamais se “*pode dizer relativamente à corrente doutrinária da política de ensino a ministrar, integrado ou segregado*” (NORE; ADÃO, 2003, p. 107).

Diante destes factos foi possível encontrar uma notícia no Jornal A província de Angola na sua edição de 13 de Abril de 1946, que mostra-nos claramente que existiu escolas exclusivamente para «brancos» e escolas para os nativos:

“Passa a haver todos os dias ensino de valores nas duas principais escolas de instrução primária em Luanda.

A escola elementar profissional de Rita Norton de Matos, em Luanda, destinada a habitar apenas raparigas indígenas, vem tendo, desde há muito, uma frequência tão pequena que não justifica os encargos, sustentados pelo estado, com a manutenção de uma professora de costura e de mestras de ofício. [...]”

Mediante estes acontecimentos, a leitura arquitetónica da cidade de Luanda no período colonial ajuda-nos a compreender, como foi estruturado este espaço urbanístico, Luanda, como cidade colonial foi gerada como um centro social só para populações de origem europeia, de tal maneira, que quem quisesse integrar-se na vida social, não tinha outra opção, senão de aceitar as condições fixadas pela maioria sociológica (população de origem europeia), segundo Coissoró (1964, p.19) citado por Nore e Adão (2003, p.103).

Nesta conjuntura, Luanda pelo número de população que albergava e a sua relação com outras cidades angolanas, destacou-se a segregação residencial, logo quem estivesse no topo da pirâmide social, tinha possibilidade de ter uma boa casa e também viver numa zona de destaque na cidade. Em relação as pessoas que estivessem na base da pirâmide social, os tais «indígenas», o lugar para viver e as casas destes, eram erguidas em segundo plano com diferenças significativas. A exemplo disto podemos ver na construção do bairro Cruzeiro e a distribuição destas casas que foram reservadas para os funcionários do estado com cargos de destaques naquela altura em Luanda:

<sup>14</sup>VENTURA, REIS. Aspectos da População de Angola. **Jornal a província de Angola - diário da manhã**, Luanda. 9 Abr. 1958.

“Bairro do Cruzeiro.

Distribuição de casas do estado.

Para serem habitadas a partir de hoje 1 de Maio, foi feita a distribuição de 15 casas do estado que constitui o «Bairro do cruzeiro» pelos seguintes funcionários: Tenente António da Rocha Barbosa; Raul Pires, Director Provincial Administrativo civil de Luanda, Dr. Waldemar Gomes Texeira; Engenheiro Manuel Texeira de Sampaio; Dr. Fernando Pimentel de Abreu; Capitão Felipe Alistão Corte-Real; Dr. Aristides Marques Vilela Inspector dos serviços Farmácia do Hospital Central; Dr. António da Silva Ferreira Director da imprensa Nacional; Dr. Hugo de Sá carneiro Director da alfândega de Luanda; Major Francisco José Henrique Cortez; Tenente Aníbal Rafael da Silva; Engenheiro – Agrónomo Romero Abreu Velho; Engenheiro Carlos Augustos Alves Pereira. Esta linha está sujeita as alterações no caso de haver desistências, a renda mensal de cada uma destas casas como já anunciamos, é de 450,00”<sup>15</sup>.

Apesar que a habitação colectiva fez a cidade de Luanda uma cidade moderna, logo podemos analisar o tipo de habitação feita; os espaços ocupados por estas casas na cidade de Luanda. Ainda que Pepetela (2009)<sup>16</sup> afirme que não existia o apartheid em Angola e que os tais ditos «negros» e os «brancos» viviam juntos e que nunca existiu uma discriminação racista na íntegra na era colonial, mas sim, tratou-se de uma separação de classes, principalmente nos rendimentos. A partir desta instrumentação podemos ver que os rendimentos das famílias tiveram um papel significativo para obtenção de moradias ou mesmo na ocupação de espaços para a construção das mesmas.

O facto de que a cidade de Luanda começa a ganhar o movimento moderno por volta de anos de 1950 á 1960 as populações de origem europeia estavam mas concentradas na zona urbana e com as melhores casas, enquanto os tais ditos «indígenas» estavam em maiores números nos musseques<sup>17</sup>: Terra Nova, Cazenga, Morro da Maianga (musseque prenda) e Samba bairro (dos pescadores), Musseque Palanca, Sambizanga, Burity, Marçal, Sérgio Pedrosa, Mota, Rangel, Fernando Torres, Cabeça, Calemba e Cassequel.

O movimento moderno abriu a passagem para a uma abordagem transparente sobre as possibilidades movidas pelo Movimento Moderno, granjeando com isso, compensar uma melhor propriedade do uso do lugar privado mas também do espaço público (FIGUEIREDO, 2008, p. 65), neste sentido a cidade configurava-se com novos espaços e edifícios, mas a segregação residencial (MENDES, 2010, p. 4) era um facto, uma vez que os musseques foram desaparecendo e transformados em bairros integrados na área urbana, até ai muito bem! Quais foram as populações que ocuparam estes bairros? Estas pessoas retiradas destas zonas para serem urbanizadas, posteriormente voltaram? Claro que não!

---

<sup>15</sup> “EDITORIAL”. Distribuição de casas do estado. **Jornal a província de Angola - diário da manhã**, Luanda, 1 mai. 1946.

<sup>16</sup> EDITORIAL”. Os Musseques de Luanda. **Jornal de Angola**. Jan.2009.

<sup>17</sup> “EDITORIAL”. O problema da Habitação em Luanda. É preciso construir casas para todos. **Jornal cultura**, Luanda. p 5, 3 mar. 1958.

Estas populações não lhes foram garantidas habitações como podemos ver no *Jornal Cultura*:

“Enquanto não se levarem a efeito os objectivos consignados no referido Diploma 2799, tem de se garantir habitação à gente que se estabeleceu nestas zonas, parte dela irradiada de outros centros dos musseques, agora transformados em bairro residências integrados na área urbana da capital, como sejam: Viúva Leal, Bettencourt, Cayate, Ramalho, Braga, Vila Coltilde e Vila Alice (antigo musseque Caldeira). Para isso há só um caminho: a expropriação dos locais que os indígenas ocupam, como aliás se prevê naquele diploma”<sup>18</sup>

É neste sentido que os musseques surgem também como consequência do processo de segregação espacial no período colonial, e também pelo resultado de um intenso processo migratório de influências internas e externas, provocando problemas de ordem política. Os problemas das complexas relações humanas até por volta de 1957 obrigou administração de Luanda fazer a integração dos musseques na circunscrição de São Paulo, nesta altura, a cidade de Luanda possuía uma população a rondar de 150.000 habitantes.<sup>19</sup>

A década de 50 foi a época de maior difusão do trabalho forçado, o sistema colonial português permanecia a assentar em desigualdades jurídicas, sociais e raciais. A separação racial desenvolvia-se, numa primeira instância, através da diferenciação jurídica do chamado «indígena». Os castigos corporais, o uso da palmatória, as rusgas, foram práticas rotineiras, administradas aos proletários e criados domésticos pelos patrões e aos «indígenas» em geral pelas autoridades administrativas e policiais que persistiram até 1959. Havia conjuntamente formas mais delicadas de racismo, especificamente a diferenciação no salário e os impedimentos no acesso ao emprego e ao progresso social (CASTELO, 2014, p 515).

Luanda como cidade colonial foi transformada em dimensões desiguais, concernente ao modo da composição e função dos espaços que originaram o isolamento das populações. O trabalho de Domingos e Peralta (2013, p. 40) descreve que a história das cidades angolanas é a representação de um processo de domínio colonial, caracterizado na materialidade da área urbana e da sua edificação, mas também na organização social, penetrável a cadência da história política e económica. A marca discriminatória do sistema colonial português determinou o espaço urbano em Luanda, para Lopes (LOPES *et all*, 2007, p. 67) a dualidade em primeiro lugar assentou-se num núcleo urbanizado e planeado sobre o papel de modelos residenciais do país colonizador, derivando a «cidade branca», em segundo lugar surge a «cidade indígena» onde se estabelecia em

<sup>18</sup> “EDITORIAL”. O problema da Habitação em Luanda. É preciso construir casas para todos. *Jornal cultura*, Luanda. p 5, 3 mar. 1958

<sup>19</sup> “EDITORIAL”. Integração dos musseques na circunscrição de São Paulo. *Jornal Diário Popular*, Luanda.1 de Jan. 1957.

zonas não planejadas, com condições precárias de habitabilidade. Desta forma, os bairros indígenas nos centros urbanos em Angola começaram a ser encarados como um problema político, Luanda não fugiu a esta regra.

## CONCLUSÃO

As marcas da evolução histórica da cidade de Luanda estão presentes no seu espaço urbano através das edificações, as cidades coloniais sobretudo africanas, foram construídas segundo o princípio de segregação, esta política funcionou como fiscalização urbana representou a fundação de um instrumento administrativo regulador e importante na redefinição do espaço urbano. O «indígena» como produto da situação colonial teve de adaptar-se aos modelos de representação social e a política de uma sociedade onde a dominação do colonizador para o colonizado foi muito acentuada. Analisar os «indígenas» no contexto urbano de Luanda permitiu identificar o modo como as dinâmicas do urbanismo colonial, tiveram impactos directos na construção dos espaços, relações sociais, controlo da população, práticas e representações.

Luanda como cidade colonial produziu um espaço desigual social com marcas no íntimo da organização do seu espaço urbano, onde a discriminação tornava-se uma arma para poder dominar os tais «indígenas» os considerados incultos e atrasados. Em Luanda verificou-se uma grande presença de colonos de origem europeia, conseqüentemente surgiu o dualismo, tornando-se um mundo extremamente complexo, em termos de relações sociais. O fim do Indigenato não fez acabar com a descriminação, no espaço urbano de Luanda.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Ilídio do. **Luanda e os seus “Muceques” problemas de Geografia Urbana**. Lisboa, Finisterra, XVIII, 36, 1983.

BENDER, Gerald j. Angola **Sob o Domínio Português- Mito e Realidade**. Luanda, Editora: Mayamba, 2013.

BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. **A cidade e a Guerra: Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961 – 1975)**. Dissertação (mestrado), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

CASTELO, Cláudia. “Novos Brasis” em África desenvolvimento e colonialismo português tardio. **Vária História**. Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p. 507-532, 2014.

\_\_\_\_\_. **«O Modo Português de estar no Mundo» O luso – Tropicalismo e a ideologia Colonial Portuguesa (1933- 1961)**. Porto: Edições Afrontamento, 1998.



- CASTRO, Armando. **O Sistema Colonial Português em África (meados do século xx)**. Lisboa: Ed. Caminho, 1980.
- DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa. **Cidade e Império: Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós – coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2013.
- FIGUEIREDO, Wilfred Moacyr de. **Oito 48. 13 Treze A Habitação Colectiva Como Substrato de Urbanização 1950 – 1970**. Coimbra: Didott Graphic Arts, 2008.
- FONTE, Maria Manuela. **Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução**. Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em Planeamento Urbanístico, UTL|FA, Lisboa, Portugal, 2007.
- LABAN, Michel. **Angola- Encontro com Escritores**. Porto: Edição Fundação Eng. António de Almeida, I vol, 2002.
- LACAZE, Paul- Jean. **A cidade e o Urbanismo**, Lisboa: Edições Instituto Piaget, 1995.
- LOPES, M.Carlos; OPPENHEIMER, Jochen; PROENÇA, C.Sangreman; RIBEIRO, Mário; CUNHA Nuno; FERREIRA, Marco. Economia de Luanda e Maputo: olhares cruzados. In: OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (Coords.). **Subúrbios de Luanda e Maputo**. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- MENDES, Rui Paes. A Cidade Colonial do estado Novo e a Estruturação do território ultramarino – Primeiras Abordagens. In: **Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia**. Porto: Faculdade de Letras (Universidade do Porto), 2010. Disponível em: <http://web.letras.up.pt/xiicig/comunicacoes/140.pdf>.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **Continuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: Uma interpretação do desenho urbano**. São Paulo: Terceira Margem, 2006.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Profissões e Toponímia na Luanda Antiga. In: **Actas do III Encontro Internacional Sobre História de Angola** (II volume). Arquivo Nacional de Angola, 2015.
- MOUTINHO, Mário C.. **O Indígena no Pensamento Colonial Português – 1985-1961**. 1ª Ed, Lisboa: Edições universitárias Lusófonas, 2000.
- NASCIMENTO, Washington Santos. **Gentes do Mato: os “novos assimilados em Luanda” em Luanda (1926 – 1961)**. (Tese) (Doutoramento) – Programa de Pós Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.
- NETO, Maria da Conceição. **In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (Angola), 1902-1961**. PhD Thesis, SOAS, University of London, 2012.
- NETO, Sérgio Gonçalo Duarte. **Do Minho ao Mandovi. Um Estudo Sobre o Pensamento Colonial de Norton de Matos**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Altos Estudos Contemporâneos (História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, 2013.

NETO, Teresa da Silva. **História da Educação e Cultura de Angola: Grupos Nativos, Colonização e a Independência**. 2ªed, Lisboa: Alpiarça, 2012.

NORE, Alfredo e ADÃO, Áurea. O ensino colonial destinado aos indígenas de Angola. Antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo estado novo. **Revista Lusófona de Educação**, 1, 101 – 126, 2003.

QUEIROGA, Carlos de Brito. Desenvolvimento Agrícola e Aumento da Produção Indígena na Colónia de Angola. In: **Boletim da Agência Geral das Colónias**, Ano 8, n.º 82, 1932.

RIBEIRO, Orlando. **A Colonização de Angola e o seu Fracasso**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, “Estudos portugueses”, 1981.

SANTOS, Jacques Arlindo dos. **ABC do Bê Ó**. 2ªed, Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2012.

SERRANO, Carlos Moreira Henrique. **Angola. Nascimento de uma Nação. Um Estudo Sobre a Construção da Identidade Nacional**. Luanda: Editora Kilombelombe, 2008.

SOARES, Amadeu de Castilho. **Política de Bem-Estar em Angola**. Lisboa: Estud. Ciênc. Polít. E Soc, nº 49, 1961.

VENÂNCIO, Joana. **O bairro Prenda em Luanda entre o formal e o informal**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Arquitectura, FAUP, Porto, Portugal, 2013.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER René. **História de Angola**. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2011.

---

*Yuri Manuel Francisco Agostinho*  
Docente do Instituto superior de Artes -  
ISART. [yanessanguifada@gmail.com](mailto:yanessanguifada@gmail.com)

---